

CADERNO DE DEBATE

**AGENDA** 21

E SUSTENTABILIDADE

**AGENDA 21 E A SUSTENTABILIDADE  
DAS CIDADES**

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Políticas para o  
Desenvolvimento Sustentável

**República Federativa do Brasil**

**Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente do Brasil**

**José Alencar Gomes da Silva - Vice-Presidente do Brasil**

**Ministério do Meio Ambiente**

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente

Cláudio Langone - Secretário Executivo

Gilney Amorim Viana - Secretário de Políticas para o  
Desenvolvimento Sustentável

Roberto Vizentin - Diretor de Programa

Pedro Ivo de Souza Batista - Coordenador da Agenda 21

Trabalho elaborado pela Equipe Agenda 21

Antonio Carlo Brandão

Ary da Silva Martini

Karla Matos

Kelly Anne Campos Aranha

Larisa Ho Bech Gaivizzo

Leonardo Cabral

Luciana Chueke Pureza

Luis Dario Gutierrez

Márcia Facchina

Patrícia Kranz

Pedro Ivo de Souza Batista

Valéria Viana

**Ministério do Meio Ambiente**

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Coordenação da Agenda 21

Esplanada dos Ministérios - Bloco B

Sala 830 - 8º andar

70068-900 - Brasília DF

Tel.: 55 61 3171142

Fax: 55 61 2267047

## **APRESENTAÇÃO**

A Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, através da Coordenação da Agenda 21, apresenta esse primeiro Caderno de Debates da série Agenda 21 e Sustentabilidade, tendo como tema Agenda 21 e a Sustentabilidade das Cidades.

Ao divulgar o Caderno de Debates procuramos dar uma contribuição à discussão sobre os caminhos do desenvolvimento das cidades, buscando analisar instrumentos de planejamento e gestão que visam a sustentabilidade, numa abordagem sócioambiental, fortalecendo a construção transversal desses processos, principalmente a relação entre Orçamento Participativo, Plano Diretor e Agenda 21, na construção da qualidade de vida e na preservação ambiental das cidades.

Boa leitura e vamos ao debate!

**Gilney Amorim Viana**

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

**Pedro Ivo de Souza Batista**

Coordenador da Agenda 21

## **CADERNO DE DEBATE AGENDA 21 E SUSTENTABILIDADE**

### **AGENDA 21 E A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES**

A Agenda 21 se destaca como o mais importante compromisso sócio-ambiental em prol da sustentabilidade firmado na RIO-92. Com mais de 2,5 mil recomendações práticas, a Agenda 21 estabeleceu o desafio do milênio seguinte como um instrumento de planejamento estratégico que visa implementar um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, construído "de baixo para cima", orientado a melhorar e resguardar a qualidade de vida das gerações futuras.

O maior avanço da Agenda 21 é sua elaboração como processo amplamente participativo para construção de consensos e cenários de futuro. Propõe padrões mínimos aceitos pelos seus signatários para harmonizar as questões sócio-econômicas e ambientais, com a assinatura de compromissos em regime de co-responsabilidade entre os diversos atores sociais, concretizados em um Plano de Desenvolvimento Sustentável ou similar.

O slogan ambientalista "Pensar Globalmente, Agir Localmente" serviu de inspiração para o capítulo 28 da Agenda 21, que pede maior atenção com as cidades, já que estas são fundamentais para a implementação das políticas propostas no documento. Muitos dos problemas e das soluções listados na Agenda 21 têm raízes em atividades locais, assim, as autoridades locais e seus planos de governo são um fator-chave para fazer o desenvolvimento sustentável acontecer.

O envolvimento dos moradores e outros setores da sociedade organizada junto ao governo local é condição indispensável para lidar com os desafios básicos do desenvolvimento, tais como moradia, desemprego, lixo, água e poluição do ar, para citar apenas alguns e pode mobilizar novos recursos para a solução destes problemas e criar uma cultura participativa, transparente, responsável e comprometida com processos permanentes de sensibilização e capacitação.

O objetivo maior da Agenda 21 Local é servir de subsídio à elaboração e implementação de políticas públicas, orientadas para o desenvolvimento sustentável. Os processos em andamento mostram que a Agenda 21, além de ser um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável, é também um poderoso instrumento de gestão democrática das cidades e validação social das propostas do Estatuto da Cidade e seus Planos Diretores.

#### **O que é uma cidade sustentável?**

Depois da RIO 92, a importância das cidades e seu papel para o desenvolvimento sustentável ficaram mais claros. A interpretação dos benefícios ecológicos da ocupação do espaço urbano, a

partir de nova leitura dos modelos de urbanização existentes, deve incluir o controle social e a valorização do capital humano local nos seus procedimentos de gestão, permitindo desta forma recriar as cidades como centros de criatividade econômica, social e, sobretudo, de reinterpretação de suas características culturais.

O Brasil, após um período de falta de vontade política do governo sobre o assunto, retomou o processo de articulação com a sociedade e apresentou sua Agenda 21 em julho de 2002, incluindo entre seus temas as Cidades Sustentáveis. A discussão sobre qualidade devida nas cidades vem de longo tempo mas só tomou vulto nos últimos dez anos, graças aos impulsos dados pela Rio-92 e pela Conferência Habitat II, assim como pela necessidade de dar transversalidade às questões ambientais, inclusive no contexto das políticas urbanas que representam o grande desafio.

Os pressupostos atuais de "reconstruir" as cidades com estratégias ecológicas e visão do entorno, tem sido colocada tanto pelos ambientalistas -- com as idéias de capacidade de suporte, pegada ecológica, equilíbrio energético, conforto ambiental, entre outras -- quanto pelos urbanistas que entre as conferências Habitat I e II mudaram seu enfoque sobre as cidades e sua contribuição para o fortalecimento das organizações sociais.

Segundo a Agenda 21 Brasileira, a principal tarefa que se coloca aos gestores do território e especificamente do espaço urbano, é a de reorganizar o sistema de gestão, horizontalizando as instâncias de decisão. Resumidamente sugere-se, entre outras coisas, o incentivo ao surgimento e reforço de cidades médias, ou de assentamentos menores devidamente articulados em rede no contexto da dinâmica funcional de pólos maiores, representados pela grande cidade. A preferência a projetos integrados, de menor custo e impacto sócio ambiental. A dimensão ambiental deve ser incorporada às políticas setoriais urbanas (habitação, abastecimento, saneamento, ordenação do espaço urbano, entre outras.), utilizando critérios e indicadores sócio ambientais de melhoria da qualidade de vida, necessariamente atrelados a processos de validação social local.

Neste contexto, a Agenda 21 Brasileira propõe entre outras coisas a retomada do planejamento estratégico participativo e multisetorial, a partir de uma construção coletiva. Desta forma, a gestão urbana se operacionaliza por intermédio dos planos diretores e similares com uma visão integradora entre o meio rural e urbano, permitindo validar o município como espaço dinâmico e interdependente, tendo como referência analítica outros arranjos espaciais e sócio funcionais como comitês de bacia, consórcios municipais, etc. nos seus pressupostos de sustentabilidade. Outros fatores relevantes a esta construção são as necessárias inclusões dos custos ambientais e sociais dos projetos de infra-estrutura, a promoção de mudança de comportamento do individual para o coletivo e a internalização de novos hábitos de consumo mais saudáveis, o uso do espaço urbano evitando o desperdício, entre outras formas de consumo urbano.

Hoje o planejamento urbano admite e reconhece as cidades com se fossem ecossistemas. Como estruturas que favorecem uma relação de equilíbrio entre suas partes, criando uma cadeia harmônica de "alimentação". Neste contexto, o incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, que devem agregar valor às atividades geradas localmente, são fundamentais na produção de cidades sustentáveis, sempre e quando apoiadas em estruturas deliberativas e democráticas, devidamente institucionalizadas, atemporais, suprapartidárias e paritárias, entre sociedade civil e instituições governamentais, como são os Fóruns das Agendas 21 Locais.

A transformação do modelo atual de cidade requer um esforço coletivo, pois passa pelo pressuposto maior de transformação em sociedades sustentáveis, com todas suas particularidades sócio ambientais, produtivas e essencialmente culturais preservadas. Este eixo estratégico não desestimula a execução de atividades e ações menores em prol do sonho, que tem como ferramenta preciosa a educação formal e não formal.

Tanto os Governos precisam assumir os princípios da sustentabilidade, como eixo estratégico norteador das políticas públicas, quanto os cidadãos precisam mudar hábitos e atitudes. É necessário aprender a reduzir o consumo de água e energia, escolher produtos locais, optar pelo transporte coletivo, gerar menos lixo, etc..

Mas a participação democrática precisa ser assegurada por normas legitimadas pelo processo político e empoderadas pela sociedade local, permitindo que sejam colocadas em prática pelas instituições públicas, trabalhando integradas a partir do seus focos setoriais ou corremos o risco de não ver incluídas como prioridades no âmbito da sustentabilidade demandas por justiça social e ambiental.

### **Instrumentos de Implementação: Orçamento Participativo, Certificação de Sustentabilidade e Plano Diretor**

A Agenda 21 é um processo que contribui para a reconstrução da qualidade de vida da sociedade civil e para sua reorganização sobre patamares da ética para responder a novos desafios.

O papel dos governos locais na implementação da Agenda 21 é fundamental, pois para que ela seja efetivamente um instrumento para a transformação de nossas cidades é necessário que sejam criados mecanismos que permitam sua implantação e que a Agenda 21 seja considerada como um eixo estruturador e um canal de controle social dos diferentes instrumentos de ação das políticas públicas setoriais nos três níveis de governo.

Nas cidades aonde já existe, o Plano Diretor pode ser constantemente aperfeiçoado de acordo com a análise dos indicadores sócio ambientais propostos e sua revisão, a cada dez anos, apresentando ainda a possibilidade de validação social do Plano Diretor, pelos Fóruns da Agenda 21. Este prazo parece algo longo para avaliar a atual dinâmica urbana das nossas cidades, podendo como alternativa, por meio do Fórum da Agenda 21 local ou similar, estabelecer caminhos cautelares aos possíveis desvios de percurso, propondo uma data de revisão antecipada e atrelada, por exemplo, ao cronograma dos mandatos políticos locais.

Outro caminho pode ser constituído pela proposta de Certificação de Sustentabilidade, onde as forças deliberativas locais, instituídas pelo Fórum da Agenda 21 Local, podem orientar o desenvolvimento de ações que incluam no seu escopo os conceitos da sustentabilidade, facilitando aos gestores públicos a priorização e destinação dos recursos públicos, apoiados em consensos construídos pelas próprias comunidades locais.

Finalmente, cabe ressaltar, mais uma vez, que a Agenda 21 é um roteiro indicativo rumo à sustentabilidade. Ela implica na construção de acordos e compromisso ético das gerações atuais em relação ao futuro e como este é apenas uma possibilidade, um sonho, é preciso induzir permanentemente a participação dos atores sociais para que as políticas públicas reflitam os interesses de todos os setores e possam adotar a sustentabilidade como meta. A transformação das cidades atuais em cidades sustentáveis demanda necessariamente um processo democrático que indique de forma legítima a cidade que os cidadãos desejam. O processo de Agenda 21 Local possibilita a criação de acordos aceitos por todos e adotados como um compromisso coletivo com um futuro em harmonia com o ambiente e com as condições necessárias para que uma vida digna e saudável.

A proposta do governo de controle social e a realização da I Conferência Nacional das Cidades com o objetivo de eleger um Conselho Nacional das Cidades é uma oportunidade única para que sejam incluídos nas diretrizes da política nacional para as cidades os princípios e valores que demandam que a proteção ao meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a justiça social sejam tratados conforme suas particularidades de forma mais equilibrada e harmônica, favorecendo a legitimação de uma política nacional voltada para a sustentabilidade das cidades brasileiras.

## **Referências**

ALMEIDA, Gerson e MENEGAT, Rualdo. Sustentabilidade e Democracia: Elementos Para Uma Estratégia de Gestão Ambiental Urbana no Brasil - Texto preparado e redigido para a ANAMMA - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 2003.

BOFF, Leonardo. Ecologia, Mundialização e Espiritualidade. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BOFF, Leonardo. Nova Era: A Civilização Planetária. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BRUGMANN, Jeb. Locating the 'Local Agenda': Preserving Public Interest in the Evolving Urban World.

Ministério do Meio Ambiente. Documento base. Tema Cidades Sustentáveis - Agenda 21 Brasileira.

PESCI, Rubem . Cidade Sustentável: Enfoque Global do 2º PDDUA.

SIRKIS, Alfredo. Ecologia Urbana e Poder Local. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999.

GUTIERREZ, Luis Dario. Documentos de apoio ao Tema Cidades Sustentáveis e texto base da proposta de Certificação de Sustentabilidade/2003.

Brasília, 20/10/03